

Literatura infantojuvenil indígena brasileira: crescimento, incentivos e protagonismo

Francisco Bezerra dos Santos*

<https://orcid.org/0000-0002-2983-5410>

Resumo: A literatura indígena brasileira voltada ao público infantojuvenil tem ganhado destaque no mercado editorial. Autores indígenas têm direcionado suas produções para esse segmento, impulsionados pelas perspectivas favoráveis do mercado, assim como pelo compromisso com o tema da representatividade cultural. Com base no exposto, este trabalho tem como objetivo apresentar algumas considerações sobre o percurso das publicações de literatura infantojuvenil indígena no Brasil, considerando tanto os mecanismos de incentivo quanto a receptividade do mercado editorial. Nossas considerações sobre o tema concentram-se em estudiosos que entendem a literatura indígena como um espaço fértil e expansivo, a saber: Graúna (2013), Jacob (2020), Thiél (2013), entre outros.

Palavras-chave: Literatura Indígena Infantojuvenil. Representatividade. Mercado editorial.

Brazilian indigenous children's literature: growth, incentives and authorial protagonism

Abstract: Brazilian indigenous literature aimed at children and adolescents has gained prominence in the publishing market. Indigenous authors have directed their productions towards this segment, driven by favorable market prospects, as well as by their commitment to the theme of cultural representativity. Based on the above, the aim of this paper is to present some considerations on the path of indigenous children's literature publications in Brazil, considering both the incentive mechanisms and the receptiveness of the publishing market. Our considerations on the subject focus on scholars who see indigenous literature as a fertile and expansive space, namely: Graúna (2013), Jacob (2020), Thiél (2013), among others.

Keywords: Indigenous children's literature. Representativity. Publishing market.

Literatura infantil indígena brasileira: crecimiento, incentivos y protagonismo autoral

Resumen: La literatura indígena brasileña dirigida a niños y adolescentes ha ganado protagonismo en el mercado editorial. Los autores indígenas han dirigido sus producciones hacia este segmento, impulsados por las perspectivas favorables del mercado, así como por un compromiso con el tema de la representatividad cultural. Con base en lo anterior, el objetivo de este trabajo es presentar algunas consideraciones sobre la trayectoria de las publicaciones de literatura infantil indígena en Brasil, considerando tanto los mecanismos de incentivo como la

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Doutor em Letras pela Universidade Federal do Paraná, Mestre em Letras e Artes pela Universidade do Estado do Amazonas. Professor do IFRS. E-mail: francisco.santos@vacaria.ifrs.edu.br.



receptividad del mercado editorial. Nuestras consideraciones sobre el tema se centran en estudiosos que ven en la literatura indígena un espacio fértil y expansivo, a saber: Graúna (2013), Jacob (2020), Thiél (2013), entre otros.

Palabras clave: Literatura infantil indígena. Representatividad. Mercado editorial.

Introdução

A produção literária indígena contemporânea tem registrado um crescimento notável no segmento infantojuvenil, consolidando-se como um dos eixos mais dinâmicos e expressivos dessa produção cultural¹. Com uma crescente diversidade de autores, estilos e perspectivas, esse segmento tem conquistado visibilidade tanto no mercado editorial quanto no meio acadêmico, o que predispõe um movimento mais amplo de afirmação de identidades e valorização das culturas indígenas no Brasil.

Por esses trilhos, o estudo dessa produção se faz essencial para a valorização das vozes indígenas que, por muito tempo, foram silenciadas, vilipendiadas ou marginalizadas dentro do cânone literário tradicional. Para além do reconhecimento das culturas indígenas, essas obras desempenham um papel fundamental na formação de novas gerações, com vistas à uma sociedade multicultural. Diante dessa conjuntura, este trabalho traz algumas considerações sobre o crescimento das publicações de literatura infantojuvenil indígena, destacando os incentivos que tem dado margem para a receptividade desses textos no mercado editorial.

¹ No wikilivro *Bibliografia das publicações indígenas do Brasil* (2019), organizado por Aline Franca, Daniel Munduruku e Thulio Dias Gomes – que compila autores e obras de caráter literário –, observa-se que as produções destinadas ao público infantojuvenil ocupam lugar de destaque no conjunto da produção editorial.

A literatura indígena e a temática infantojuvenil

O livro é um objeto relativamente recente entre os diferentes grupos indígenas do Brasil. A apropriação desse instrumento ocidental, juntamente com a escrita alfabética, surge como uma forma de registrar a história e o saber em nome da coletividade, além de funcionar como um mecanismo de resistência contra os ataques ao conhecimento indígena, uma vez que a violência contra os povos indígenas não se limitou à expropriação de suas terras, mas também se estendeu ao vilipêndio de seus conhecimentos tradicionais.

A garantia de uma educação diferenciada para os povos indígenas, estabelecida pela Constituição de 1988, inclui o direito ao uso das línguas maternas, a valorização de seus próprios processos de aprendizagem e o reconhecimento de suas organizações sociais, culturas e territórios. Esse marco legal foi ampliado por outras normativas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Lei nº 11.645/2008 (que tornou obrigatório o ensino de história e cultura indígena) e o Plano Nacional de Educação (2011-2020), consolidando um arcabouço jurídico que assegura aos indígenas o direito a uma educação específica e intercultural (Santos, 2020).

Nesse contexto, a escrita alfabética e as tecnologias digitais tornaram-se ferramentas fundamentais para a difusão das culturas indígenas e para novas produções como livros, *blogs* e documentários. No viés literário, segundo Almeida e Queiroz (2004), são os professores indígenas que, predominantemente, têm liderado a construção dessa literatura emergente, com o registro narrativo de suas próprias comunidades. Dessa forma, os povos indígenas têm produzido suas narrativas diretamente em português e idiomas originários – e não mais por meio da mediação. Esse movimento resultou não apenas no aumento quantitativo da produção literária indígena, mas também em sua consolidação qualitativa, marcado pela emergência de uma escrita autoral que desafia perspectivas colonialistas.

Do ponto de vista cronológico, a formação da literatura indígena brasileira escrita começou na década de 1970, inserida em uma agenda política voltada para a denúncia

da marginalização das populações indígenas. Esse momento político, como observa o professor Fábio Carvalho (2021), evidenciou a urgência de exigir a inclusão de elementos de culturas não ocidentais nas produções artísticas contemporâneas. Além disso, implicou uma redefinição radical, não apenas no âmbito da literatura, mas também no próprio campo da construção de um saber literário plural.

Para compreender a essência dessa produção literária, recorremos à definição da escritora e professora indígena Graça Graúna, cuja concepção sintetiza de forma poética e política a natureza desta literatura:

A literatura indígena contemporânea é um lugar utópico (de sobrevivência), uma variante do épico tecido pela oralidade; um lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas (escritas), ao longo dos mais de 500 anos de colonização. Enraizada nas origens, a literatura indígena contemporânea vem se preservando na autohistória de seus autores e autoras e na recepção de um público-leitor diferenciado, isto é, uma minoria que semeia outras leituras possíveis no universo de poemas e prosas autóctones (Graúna, 2013, p. 15).

Grande parte desse grupo leitor diferenciado mencionado pela autora está entre crianças e jovens, considerados pelos próprios escritores como sujeitos livres de estereótipos e falsas convenções sobre os povos indígenas.

Entre os povos indígenas que vivem no Brasil, inúmeras etnias têm investido na construção de suas literaturas, as quais, ao serem postas em circulação, representam uma significativa experiência tradutória. A partir da publicação, os textos recolocam estes povos no terreno da cultura literária, modificando-a de tal forma que, nessa mesma cultura, é possível ler os sinais de outros modos de ser (Almeida, 2009).

Ao mesmo tempo que produzem suas literaturas, os autores indígenas nos diversos espaços que lhes são oferecidos também discutem sobre a possibilidade das adaptações de mitos ou mesmo narrativas autobiográficas refletirem sobre a diversidade indígena brasileira. A escrita é uma técnica, afirma Daniel Munduruku (2018), ao ressaltar que é preciso dominar essa técnica com perfeição para utilizá-la a favor dos povos indígenas. O escritor elucida ainda que a técnica não é a negação do que se é, ao contrário, é demonstração de competência, uma capacidade de transformar a memória em identidade. Assim, o papel da literatura indígena, segundo ele, é ser portadora da boa notícia do (re)encontro. Encontrar o outro, outros modos de estar no mundo e

outras percepções sobre a natureza no texto literário indígena é o que aproxima essa literatura da alteridade.

As obras indígenas dedicadas ao público em formação trazem visibilidade para temas importantes, com personagens infantis e juvenis e enredos que esbarram no campo do mito e do maravilhoso. Thiél (2016) focaliza essa produção como nutriz da percepção da pluralidade cultural brasileira e do diálogo intercultural, assim como promotora da valorização de produções literárias de diferentes tradições e visões de mundo. Esta literatura, por sua vinculação à tradição oral e à construção multimodal, entre outros aspectos, desafia o leitor a partir de uma complexidade de gêneros textuais, autoria, multimodalidades, além de percepções culturais da realidade e da interação de idiomas.

O fato é que essas narrativas, além de seu valor estético, problematizam conceitos, atuam na desconstrução de estereótipos e apresentam o olhar do indígena sobre suas vivências. Por isso, é importante enfatizar que esse segmento, dentro de um campo maior que é a literatura brasileira, congrega muitas vozes, modelos e perspectivas.

Nesse cenário, as adaptações infantojuvenis narradas pelos líderes indígenas oferecem um repertório vasto e rico. No entanto, muitos textos acabam sendo moldados para atender principalmente às demandas do mercado editorial, e é inegável que, com frequência, os textos da literatura indígena são associados a um público em formação, pela sua relação com a oralidade e com a arte gráfica indígena, e sobretudo, a um projeto educacional. Este último ponto, conforme Jacob (2020), é reafirmado desde os primórdios da literatura infantojuvenil, que desenvolveu o sentido de afirmar ideais educativos.

O que temos observado na atualidade é um número relevante de obras indígenas anualmente lançadas no mercado com indicação para leitores em formação. Diante disso, precisamos questionar o porquê da maioria dessas obras ser rotulada e exposta nas estantes infantis e juvenis. Será que todas condizem com esse público? Como os mitos originários se transformam em histórias infantojuvenis? Qual a participação dos

autores na atribuição do endereçamento? Nos estudos de Livia Jacob, vamos ter algumas respostas para estes questionamentos:

A inserção das obras indígenas junto ao gênero infantil se explicaria, portanto, mais pelas diferenças culturais envolvidas na produção das obras do que por uma intenção real dos autores de condicioná-las a um único público. Ou seja, aos olhos do leitor não indígena diversos livros indígenas são infantojuvenis. Essa interpretação tem como base o escasso conhecimento de mundo não ocidental dos leitores que acessam essas obras. A ignorância sobre as culturas indígenas é uma pista que nos auxilia a entender melhor a associação entre literatura indígena e literatura infantil no imaginário social brasileiro. A literatura indígena estaria afinada com as expectativas que a sociedade não indígena tem sobre a literatura infantojuvenil: uma literatura em geral considerada “menor” ou “menos relevante” pela crítica, criada com base na oralidade porque é imaginada para ser lida em voz alta e rigidamente relacionada com os projetos pedagógicos da sociedade (Jacob, 2020, p. 19-20).

Contudo, é preciso expandir a visão sobre as literaturas infantojuvenis indígenas, já que este pode ser o motivo de muitos leitores verem estas literaturas como menores. Por esse ângulo, ratificamos o argumento levantado por Jacob (2020), de que é importante evitar que as narrativas indígenas sejam rapidamente consideradas “adequadas” para crianças não indígenas sem que a escola se comprometa a entender de forma mais profunda a cultura sobre a qual pretende ensinar. Caso contrário, há o perigo de perpetuar novos estereótipos e fantasias sobre os povos indígenas.

Eis um desafio, pois esta predisposição dos leitores em direcionar a literatura indígena à categoria infantojuvenil é justificável, principalmente pelo apelo visual dado aos textos, ou mesmo pelo histórico dos escritores que foram consagrados escrevendo para um público em formação e textos de caráter paradidáticos. Com isso, há um condicionamento em colocar todos os escritores em uma única categoria. Entre as culturas indígenas, a importância da coletividade se sobrepõe à ideia de diferenciação social a partir de faixas etárias. O que gera essa identificação e, provavelmente, a classificação pelas editoras, é a presença de uma linguagem simples nas narrativas, marcada pela oralidade, o equilíbrio entre texto e imagem, além da predominância de crianças e jovens indígenas protagonizando as histórias. Dessa forma, os projetos elaborados levam em consideração esses aspectos, bem como os interesses do mercado.

Desse modo, é reafirmado constantemente o caráter didático das obras indígenas, sobretudo se considerarmos as circunstâncias de seu uso nas aldeias para a alfabetização,

o contexto de produção, pós-promulgação da Lei nº 11.645/2008, e o fato de em sua maioria os autores serem professores. Ainda conforme Jacob (2020), o atrelamento da literatura infantojuvenil à educação das crianças e jovens persiste até os dias de hoje. Por esse prisma, a literatura infantojuvenil, conforme apontam os especialistas, ainda carece de um reconhecimento acadêmico independente, necessitando avançar em direção à consolidação de um campo teórico próprio, uma vez que essas produções literárias possuem potencial suficiente para se estabelecerem como uma área autônoma de conhecimento.

Mesmo que os escritores indígenas do segmento infantojuvenil encontrem dificuldades para publicar suas obras, e que os estereótipos sobre os povos indígenas ainda permaneçam, essa literatura passa por momento de ascensão e tem encontrado abrigo nos espaços que priorizam outras formas literárias. A abertura proporcionada pelos incentivos recebidos, descritos na próxima seção, reforça o ideal dos sujeitos indígenas de comunicar seus interesses e desfazer estereótipos por meio de seus textos e da militância.

Literatura Infantojuvenil Indígena no Brasil: produção, políticas públicas e representação cultural

Com todas as dificuldades que os escritores periféricos enfrentam na atualidade para propagar suas literaturas, é preciso admitir que a literatura indígena, de modo mais amplo, e, em particular, a de temática infantojuvenil, tem ganhado espaço no mercado editorial. Nas últimas décadas, o cenário literário brasileiro tem testemunhado um aumento na produção de obras de escritores indígenas. Esse movimento reflete não apenas uma maior conscientização sobre a importância da diversidade cultural, mas também os esforços desses autores em reivindicar espaço no campo literário.

Assim, com os direitos educacionais adquiridos na Constituição de 1988, garantiu-se aos povos indígenas o direito à educação escolar aos moldes de suas

comunidades, o fortalecimento dos movimentos indígenas, as políticas públicas culturais, e iniciativas de editoras independentes, interessadas em abrir espaço para esses sujeitos alavancaram a produção da literatura indígena no Brasil. Além disso, observa-se uma crescente valorização da literatura decolonial, que vem despertando o interesse tanto de leitores quanto de acadêmicos, ampliando significativamente o público dessas obras.

Em termos de incentivos, no campo da literatura infantojuvenil, o estabelecimento de concursos como o Curumim, criado em 2003, e o Tamoios, criado em 2004, ambos pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), contribuíram para o surgimento de novas obras e autores. Os referidos concursos, realizados em parceria com o Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual (INBRAPI) e com o Instituto UKA, possuem como objetivos a revelação de novos autores e proposições de práticas de valorização da literatura de autoria indígena. O Tamoios é dirigido a autores indígenas ou a quem possua filiação indígena, que se disponha a compartilhar suas criações textuais, suas vivências, memórias e tradições. Já o Curumim é direcionado a profissionais que trabalham com a promoção de obras literárias de autores indígenas. O concurso seleciona textos que registram experiências em sala de aula, bibliotecas, escolas, entre outros². Desde a criação dos concursos, inúmeros textos indígenas já foram premiados e, posteriormente, transformados em livros, graças a parcerias firmadas com editoras e a projetos que incentivam novos profissionais a trabalhar com as obras indígenas.

Outra conquista que impulsionou não apenas a produção de material didático, mas também a criação, publicação e circulação da literatura indígena — além de despertar o interesse das editoras — foi a promulgação da Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatórios os estudos da história e da cultura afro-brasileira e indígena no contexto das salas de aula das escolas públicas e privadas do país.

A promulgação da normativa em referência é o reflexo da luta das minorias (negros e indígenas) por reconhecimento, que possibilitou novos olhares sobre a temática indígena, a partir da demanda por material didático para atender às escolas, o

² Disponível em: <http://blij.bn.gov.br/index.php/fnlij/>. Acesso em 29 nov. 2024.

que levou as editoras a apoiarem novos escritores e a firmarem parcerias com ONGs e associações de escritores indígenas. Em entrevista cedida a Maria Aparecida Bergamaschi, o professor indígena Gersem Baniwa esclarece sobre a importância dessa normativa:

[...] a Lei 11.645 é um instrumento fundamental para combater principalmente o preconceito e a discriminação, porque estou convencido de que a origem principal da discriminação e do preconceito é a ignorância, o desconhecimento. Não se pode respeitar e valorizar o que não se conhece. Ou pior ainda, não se pode respeitar ou valorizar o que se conhece de forma deturpada, equivocada e pré-conceitualmente. Nesse sentido, a primeira tarefa é desconstruir pré-conceitos históricos plantados nas mentes das pessoas ao longo de centenas de anos de colonização. Essa desconstrução de pré-conceitos é uma verdadeira deseducação, ou seja, aprender a reconhecer os erros aprendidos na própria escola. Só depois do processo de deseducação será mais fácil uma nova reeducação com base em novos princípios e visões de mundo capazes de construir uma nova realidade social, cultural, econômica, política e espiritual menos eurocêntrica e com lugares para todos os povos, culturas e saberes com os quais a escola trabalha, os quais ela precisa valorizar e dar conta (Bergamaschi, 2012, p. 141).

Os impactos da Lei em referência para a promoção da literatura indígena são enormes, que vão desde o aumento considerável de obras e escritores, até a proposição de atividades de combate à desinformação sobre a pluralidade cultural brasileira em todo currículo escolar, em especial nas disciplinas de arte, literatura e história.

Ainda no contexto educacional, o Ministério da Educação (MEC) contribuiu na propagação da literatura infantojuvenil indígena, incentivando à produção e à distribuição de livros didáticos de autoria indígena para escolas indígenas e não indígenas por meio do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), que preza pela diversidade social e cultural brasileira. Fazem parte do programa as escolas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, assim como as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público.

Em termos de representatividade, isso significa apresentar a cultura indígena de forma autêntica, livre de estereótipos e da visão idealizada, comumente encontrada nos livros didáticos. No que tange à literatura, o documento traz alguns preceitos sobre as representações das variedades da língua portuguesa e da diversidade de autoria, com enfoque na autoria de mulheres africanas e indígenas. Em um segundo momento, o

documento expressa a necessidade da representação e do protagonismo destes povos como personagens.

A criação da edição temática do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), em 2013, também é uma conquista para a circulação e recepção da literatura indígena para um público em formação. Com o objetivo de atender as escolas da rede pública de ensino, com obras de referência sobre as temáticas da diversidade, inclusão e cidadania, o projeto, no ato de sua criação, previa a disponibilização de acervo para estudantes e professores dos anos finais do ensino fundamental, e do ensino médio, visando contribuir para a formação de uma cultura cidadã e a afirmação de valores que se oponham a todo tipo de preconceito, discriminação e exclusão. Os temas estabelecidos contemplam as especificidades de populações que compõem a sociedade brasileira: indígena, quilombola, campo, educação de jovens e adultos, direitos humanos, sustentabilidade socioambiental, educação especial, relações étnico-raciais e juventude³.

Nesse diapasão, figuram ainda os programas de formação de professores indígenas fomentados pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que reconhece o direito dos povos indígenas a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária. As orientações legais determinam que sejam os próprios indígenas os elaboradores de suas propostas pedagógicas e pelo exercício da docência em suas próprias escolas. Com isso, os programas de formação contribuem para a publicação de obras indígenas, revelando novos escritores.

Em termos quantitativos, no wikilivro *Bibliografia das publicações indígenas do Brasil* (2019), organizado por Aline Franca, Daniel Munduruku e Thulio Dias Gomes, constam em torno de 150 obras indígenas. Por se tratar de uma obra editável de forma colaborativa ao longo dos anos esse número pode variar, mas a amostra fornece um panorama atualizado. Apesar do crescimento recente, é necessário analisar esses dados não apenas em volume, mas também em diversidade e impacto literário.

³ Disponível em.: <http://portal.mec.gov.br/par/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/18722-programa-nacional-biblioteca-da-escola-pnbe-tematico>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Uma análise inicial desse montante revela que entre as obras listadas 105 (70%) delas podem ser classificadas como obras infantojuvenis, o restante pode ser entendido como obras para adultos ou sem uma classificação específica. Esse dado inicial corrobora a assertiva de que há uma centralidade do mercado com destinação a leitores em formação.

É possível ainda observar esses dados por um viés cronológico, pois a história da literatura indígena acompanha a visibilidade das questões indígenas e dos direitos conquistados por essa parcela da sociedade. Assim, do quantitativo geral apresentado, 15 obras (10%) foram publicadas entre as décadas de 1990 e 2000. Esse período coincide com a implementação de políticas públicas voltadas à escolarização em comunidades indígenas, o que sugere uma relação entre o aumento inicial da produção literária e as mudanças no acesso à educação formal.

Na década de 2000 a 2010, conforme os dados coletados, foram produzidas 40 obras (27%). Um aumento que se justifica pela produção proveniente de projetos pedagógicos com financiamento do Ministério da Educação e da Cultura, além da participação de ONGs e universidades (Santos, 2020). Com o referido apoio, muitos escritores indígenas começaram a publicar com o objetivo de acessar o mercado editorial. Em 2003, foi criado o Núcleo de Escritores e Artistas Indígenas (NEArin⁴) como uma representação para esse grupo de escritores. É a partir de iniciativas como essa, que os produtores de literatura ganham força e notoriedade. A prática escritural, neste cenário, cumpre dupla função: tanto afirma existências quanto desafia hierarquias literárias que historicamente marginalizaram tais vozes.

Os dados apresentados por Franca, Munduruku e Gomes (2019) nos dizem também que a década de 2010-2020 marcou o ápice da produção literária indígena no Brasil, registrando 70 obras publicadas – o que representa 47% do total catalogado e um

⁴ O NEArin está vinculado ao Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual (IBRAPI). Criado por ocasião do I Encontro Nacional de Escritores Indígenas, ocorrido em 2003, no Rio de Janeiro. Surgiu da necessidade de discutir temas sobre literatura indígena e direitos autorais, além de promover a qualificação de indígenas para o exercício profissional a partir da produção literária.

crescimento superior às duas décadas anteriores somadas. Este salto quantitativo coincide com importantes transformações no cenário sociocultural, incluindo a implementação da Lei 11.645/2008. Tal expansão revela não apenas mudanças nas políticas educacionais, mas também um processo significativo de valorização da escrita indígena como instrumento de autorrepresentação e afirmação cultural.

Nesse contexto, especialmente no campo infantojuvenil, é possível identificar, em termos numéricos, autores que se destacam pela produção expressiva de obras, como é o caso de Daniel Munduruku, Yaguarê Yamã e Olívio Jekupé. O que também traz à tona a preocupação de que a publicação não é uma realidade para todos. A escritora e estudiosa indígena Marcia Kambeba (2018) já havia levantado essa questão quando afirmou que uma grande quantidade de escritores não consegue fazer suas literaturas circularem e chegarem às grandes editoras. A maioria dessas produções, segundo ela, fica apenas no papel, e os escritores, na invisibilidade. A ausência de acesso aos canais tradicionais de publicação marginaliza muitos autores indígenas, cujas obras permanecem restritas a contextos locais – como escolas comunitárias ou círculos de diálogo. Apesar do apagamento no circuito literário convencional, esses escritores reinventam estratégias de circulação, valendo-se de plataformas midiáticas e materiais didáticos para assegurar que seus registros culturais transcendam as fronteiras das aldeias (Santos, 2024).

O cenário editorial, em que estão inseridas as obras indígenas, também é um fator que merece mais atenção, pois é marcado pela predominância de grandes editoras como Global, Peirópolis, Callis, Hedra, entre outras. Segundo a pesquisa de Leite (2019), a publicação de obras indígenas por grandes editoras comerciais – como Brinque-Book, Autêntica e FTD – foi significativamente impulsionada por políticas públicas, especialmente através de programas como o PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola) e PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). A autora categoriza essas editoras conforme seus perfis de atuação: (1) aquelas com foco em temáticas étnico-raciais, (2) editoras com ênfase no valor educacional das obras, e (3) aquelas que publicam principalmente através de editais do MEC. Em seu levantamento, Leite identificou 53 obras indígenas publicadas por essas editoras até 2019, revelando como as

políticas governamentais têm sido um fator determinante para a inserção da literatura indígena no mercado editorial brasileiro.

Entretanto, é preciso pensar no fato de que a inserção da literatura indígena no circuito das grandes editoras traz consigo o risco da folclorização, processo pelo qual as narrativas são reduzidas a estereótipos que reforçam visões exotizadas e descontextualizadas das culturas indígenas. No campo infantojuvenil, é perceptível que muitas obras destacam apenas aspectos considerados "tradicionais" ou "ancestrais", ignorando a complexidade e a contemporaneidade dos povos indígenas. Essa abordagem não apenas simplifica narrativas ricas e diversas, mas também perpetua uma imagem estática e fossilizada dessas culturas, distanciando-as das realidades dinâmicas que de fato vivem. Além disso, a lógica comercial das grandes editoras frequentemente desconsidera a natureza coletiva de muitas produções literárias indígenas, transformando narrativas comunitárias em obras de autoria individual.

Nesse cenário, o estudioso indígena Ely Souza (2018) chama atenção para a necessidade das editoras se preocuparem com os textos que estão sendo publicados, para que não haja equívocos, como os cometidos no passado, que trouxeram muitos prejuízos aos povos indígenas. Eis a responsabilidade que as editoras e as entidades públicas e privadas têm de constituir em suas instâncias setores que possam averiguar não somente o texto, formas e aparências, mas a autoria, e acrescentar a coletividade e as organizações na divisão de benefícios provenientes da venda desses materiais. Por esse caminho, Carvalho (2021) propõe um alerta necessário: é preciso manter um nível constante de atenção para que o capital simbólico indígena não seja reduzido a uma simples mercadoria a serviço da máquina capitalista — que, quase sempre, tudo devora e corrompe em nome do lucro.

Na contramão desse sistema de publicar em grandes editoras, a lista apresentada por Franca; Munduruku e Gomes (2019) aponta para o crescimento de publicações independentes e comunitárias, o que demonstra uma transformação no ecossistema literário, sugerindo que autores e comunidades indígenas estão criando seus próprios canais de circulação. Esse movimento reflete não apenas uma busca por autonomia criativa, mas também uma resposta às limitações impostas pelo mercado editorial

tradicional, que muitas vezes exclui narrativas indígenas ou as submete a filtros culturais hegemônicos.

Apesar do domínio das grandes editoras, o aumento de publicações independentes indica um duplo fenômeno: por um lado, a persistência de barreiras no acesso ao circuito comercial; por outro, o fortalecimento de iniciativas locais que desafiam essas estruturas. Essa dinâmica evidencia a tensão entre a visibilidade concedida pelo mercado editorial e a autodeterminação literária indígena, que vem encontrando nas editoras comunitárias e plataformas alternativas um espaço para circular obras em suas próprias condições. Assim, os dados apresentados do wikilivro não apenas mapeiam quem publica, mas também revelam as estratégias de resistência adotadas por autores e comunidades para garantir que suas histórias sejam lidas.

Paralelo a isso, as informações apresentadas por Leite (2019) revelam também uma marcante desigualdade regional na publicação comercial de obras indígenas no Brasil. A região Sudeste concentra cerca de 90% dessas publicações, com predominância absoluta do eixo paulista – fato que reflete a concentração histórica do mercado editorial brasileiro nesta região. Em posição secundária aparece a região Sul, seguida pela região Norte, embora esta última apresente uma contradição significativa: sendo território de numerosos povos e autores indígenas, paradoxalmente figura como mera coadjuvante no cenário das publicações comerciais. As regiões Nordeste e Centro-Oeste, por sua vez, apresentam números tão reduzidos que não permitem afirmar a existência de um fluxo significativo de publicações comerciais indígenas nesses territórios.

Esta distribuição desigual evidencia dois fenômenos importantes: primeiro, a persistência do centralismo editorial brasileiro, que mantém São Paulo como polo hegemônico de produção e circulação literária; segundo, a desconexão entre a localização geográfica dos autores indígenas (majoritariamente nas regiões Norte e Nordeste) e os centros de poder editorial. Tal disparidade sugere que, mesmo quando alcançam o mercado comercial, os autores indígenas precisam se submeter aos mecanismos e filtros culturais estabelecidos pelo eixo Sudeste, o que pode resultar em certa homogeneização de suas narrativas para atender às expectativas do mercado literário dominante. A concentração editorial nesta região contrasta fortemente com a

distribuição geográfica das comunidades indígenas e suas ricas diversidades culturais, levantando importantes questões sobre representatividade e acesso no campo literário nacional.

De modo geral, os dados apresentados apontam para um crescimento significativo — embora ainda insuficiente — da literatura indígena, especialmente a infantojuvenil, no cenário nacional. Esse avanço, concentrado especialmente na última década, demonstra os primeiros resultados de políticas públicas e de uma maior participação dos povos indígenas em diversos espaços (como por exemplo, Ailton Krenak que passou a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, a partir de 2023). No entanto, a predominância do eixo Sudeste no mercado editorial, somada às barreiras enfrentadas por autores de comunidades mais periféricas, evidencia que a inclusão no sistema literário convencional ainda é marcada por desigualdades e limitações significativas.

Para ampliar e consolidar essa produção, são necessárias ações em múltiplas frentes: 1) expansão de editais específicos para autores indígenas, com atenção especial às regiões Norte e Nordeste; 2) criação de programas de formação literária e editorial em territórios indígenas; 3) maior articulação entre escolas, universidades e comunidades para valorizar essas narrativas e 4) desenvolvimento de políticas que incentivem as grandes editoras a publicarem obras indígenas sem filtros culturais hegemônicos. O crescimento recente prova que há demanda e potencial, mas apenas com medidas estruturais será possível transformar esse movimento emergente em uma verdadeira transformação no panorama literário brasileiro.

Considerações finais

A literatura infantojuvenil indígena emerge como um campo essencial para a descolonização dos saberes no Brasil, combinando tradição e inovação ao apresentar narrativas que desafiam estereótipos e revelam a diversidade dos povos originários em

sua complexidade contemporânea. Esse segmento evidencia o potencial transformador da educação literária, ao mesmo tempo que reflete a demanda por representações autênticas no espaço escolar e editorial.

Os avanços das últimas décadas mostram uma trajetória promissora, mas ainda marcada por desigualdades estruturais. A concentração de publicações no Sudeste e as barreiras enfrentadas por autores de comunidades remotas, revelam a necessidade de medidas urgentes para um futuro em que a literatura indígena não seja apenas incluída, mas reconhecida como parte fundamental do cânone literário brasileiro, com sua própria epistemologia e estéticas singulares.

Longe de esgotar as possibilidades de análise, essas reflexões apontam para um campo em plena expansão, onde cada nova obra indígena revela camadas de complexidade ainda pouco discutidas pela crítica literária. E a literatura infantojuvenil indígena brasileira, configura-se não como um gênero específico, mas como um universo plural: com a tradição oral e escrita entrelaçadas, línguas originárias em diálogo com o português, e novas gerações de autores reinventando formas de narrar suas histórias.

Este território literário, marcado por sua potência decolonial, segue desafiando paradigmas: na educação, ao oferecer alternativas aos cânones eurocêntricos; na pesquisa acadêmica, ao demandar novas metodologias que respeitem saberes comunitários; e no mercado editorial, ao exigir modelos mais justos de publicação e circulação. Seu potencial transformador está na capacidade de articular ancestralidade e contemporaneidade, abrindo caminhos para uma verdadeira interculturalidade na literatura brasileira.

Referências

ALMEIDA, Maria Inês de. **Desocidentada**: experiência literária em terra indígena. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

BAYMA, Gloria. **Os Maraguás e a literatura infantojuvenil indígena de autoria indígena feminina, na perspectiva da tradução de cinco obras de Lia Minápoty.** Tese de Láurea (Ciência da Linguagem) – Universita Ca’Foscari Venezia. Veneza, 2018.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Entrevista: Gersem José dos Santos Luciano– Gersem Baniwa. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 127-148, 2012. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/44/34>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008.** Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_11645_100308.pdf. Acesso em: 13 dez. 2024.

CARVALHO, Fábio de Almeida. **Descentralização da vida literária: teoria, crítica e autoria em tempos de diversidade.** Edições Makunaima; Boa Vista, RR: EdUFRR, 2021.

FRANCA, Aline; MUNDURUKU, Daniel; GOMES; Thulio Dias. **Bibliografia das publicações indígenas do Brasil.** 2019. Disponível em: https://pt.wikibooks.org/wiki/Bibliografia_das_publica%C3%A7%C3%B5es_ind%C3%ADgenas_do_Brasil. Acesso em: 21 nov. 2024.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

JACOB, Livia Penedo. Sob os olhos de kunumim: a literatura indígena brasileira no círculo literário infantojuvenil. **Caderno Seminal**, v. 34, n. 34, p. 11-34, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cadernos seminal/article/view/48161/34486>. Acesso em: 21 dez. 2024.

LEITE, Stella Ferreira. **A literatura indígena nas editoras comerciais brasileiras.** UFMG, Belo Horizonte, 2019.

KAMBEBA, Márcia. O olhar da palavra: escrita de resistência. In: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. p. 89-97.

MUNDURUKU, Daniel. Escrita indígena: registro, oralidade e literatura O reencontro da memória. In: DORRICO, Julie *et al.* (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, p. 81-83.

SANTOS, Francisco Bezerra dos. **Uma poética da floresta: a narrativa indígena no Amazonas.** Dissertação (Mestrado em Letras e Artes) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2020.

SANTOS, Francisco Bezerra dos. **Panoramas das artes indígenas contemporâneas no Brasil:** pintura, cinematografia, literatura e música. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

SOUZA, Ely Ribeiro de. Literatura indígena e direitos autorais. *In:* DORRICO, Julie *et al.* (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea:** criação, crítica e recepção. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 51-74.

THIÉL, Janice Cristine. A literatura infantojuvenil indígena brasileira e a promoção do letramento multicultural. **Literartes**, n. 5, p. 88-99, 2016. Disponível em: <https://revistas.usp.br/literartes/article/view/107454/118794>. Acesso em: 17 nov. 2024.

Recebido em 20/02/2025.

Aprovado em 12/05/2025.